

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:**

**Sumário**

|                                                                                           |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                             | <b>2</b>  |
| Título: Estado vai contingenciar despesas de R\$ 12 bi .....                              | 2         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                   | <b>4</b>  |
| Título: Com novos recordes, importação de energia deve subir .....                        | 4         |
| Título: Prove que eu estou errado, presidente .....                                       | 5         |
| Título: Governo não blindo Minas e Energia de política .....                              | 7         |
| Título: Parada de refinaria desabastece aviões agrícolas .....                            | 9         |
| Título: Eletrobras terá novo plano de demissões, diz presidente.....                      | 11        |
| Título: Bolsonaro escolhe general ex-ministro de Temer para dirigir usina de Itaipu ..... | 11        |
| Título: Com aval da AGU, Petrobras retoma venda de refinarias .....                       | 13        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                                | <b>14</b> |
| Título: Começar de novo .....                                                             | 14        |
| Título: Eletrobrás lança programa para cortar 2,2 mil vagas .....                         | 15        |
| Título: Petrobrás tem derrota no Carf de R\$ 1,5 bilhão.....                              | 16        |
| Título: General Silva e Luna é escolhido para dirigir usina de Itaipu .....               | 17        |
| Título: Ibama diz que Petrobrás demorou .....                                             | 18        |
| Título: Burocracia trava desmonte de plataformas .....                                    | 19        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                                  | <b>20</b> |
| Título: Gasolina cara e chuvas salvam indústria do etanol .....                           | 20        |
| Título: "Carros elétricos e etanol devem caminhar juntos" .....                           | 22        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico.....</b>                                                      | <b>24</b> |
| Título: Curtas .....                                                                      | 24        |
| Título: Ex-ministro Silva e Luna assumirá direção de Itaipu.....                          | 25        |

|                                                                                      |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Título: Destaques .....                                                              | 26 |
| Título: Bancos chegam a acordo com Constellation .....                               | 27 |
| Título: Investimento mundial em energia renovável cai para US\$ 332 bi em 2018 ..... | 29 |
| Título: Projetos de transmissão vão triplicar receita da Montago.....                | 30 |
| Título: Curtas .....                                                                 | 31 |
| Título: Engie retoma plano de compra da TAG após queda de liminar .....              | 32 |
| Título: Grupo francês avalia aquisição de distribuidoras de gás.....                 | 33 |
| Título: Petrobras perde causa sobre tributação de lucro no exterior.....             | 35 |

**VEÍCULO: O Globo**

**Data: 18/01/2019**

**Seção: Rio**

**Autor: Selma Schmidt E Luiz Ernesto Magalhães**

**Título: Estado vai contingenciar despesas de R\$ 12 bi**

Decreto suspendendo gastos não poupará nenhuma secretaria e será publicado na próxima semana. Serviços essenciais não serão atingidos, mas custeio, projetos e pagamentos de fornecedores serão afetados

Diante de um rombo financeiro que pode chegar a R\$ 25,5 bilhões este ano, bem maior do que o previsto pela gestão anterior, segundo o novo governo, o estado está preparando um decreto que vai detalhar, na semana que vem, o contingenciamento de cerca de R\$ 12 bilhões do orçamento, afetando todas as secretarias. Em entrevista ontem ao jornal "Valor Econômico", o secretário de Fazenda, Luiz Cláudio Rodrigues de Carvalho, informou que, por conta do déficit estimado ser superior ao imaginado inicialmente, a lei orçamentária, que previa gastos de R\$ 79,1 bilhões em 2019, terá que ser alterada.

— Será um contingenciamento qualitativo, não linear. Despesas de custeio, projetos e pagamento de fornecedores serão atingidos. Porém, nenhuma atividade essencial será interrompida — explica uma fonte do governo. — A liberação deste dinheiro vai depender de aumentarmos as receitas ou reduzirmos as despesas.

O novo decreto está em fase de aprovação pelo governador Wilson Witzel. A estimativa atualizada de rombo nas contas públicas tem como base dívidas com fornecedores do estado (os chamados restos a pagar) que não foram quitadas nos últimos anos.

A Secretaria estadual de Fazenda divulgou um balanço em que essas pendências atingiam R\$ 17,5 bilhões, ao contrário da projeção do governo passado, que era de R\$ 12 bilhões. Além disso, ainda há R\$ 8 bilhões de déficit no orçamento aprovado pela Assembleia Legislativa para 2019.

## **DEPENDÊNCIADO PETRÓLEO**

A Fazenda esclareceu que o total de restos a pagar ainda é uma projeção. O valor exato será apurado nos próximos dias. Contudo, deve ficar entre R\$ 16 bilhões e R\$ 18 bilhões. Algumas medidas já são pensadas para tentar reduzir esse débito com fornecedores. Uma delas é organizar uma espécie de leilão reverso. Por esse sistema, empresas que oferecerem os maiores descontos nas faturas teriam prioridade na quitação das dívidas pelo estado.

De acordo com Luiz Cláudio, os R\$ 12 bilhões de contingenciamento ainda são insuficientes para equilibrar as contas. Do total, R\$ 8 bilhões referem-se ao próprio déficit orçamentário. Outros R\$ 3 bilhões seriam destinados a pagamento de fornecedores. Por fim, mais R\$ 1 bilhão diz respeito a receitas de ICMS que o secretário não tem certeza se, de fato, o estado conseguirá obter este ano:

—São receitas com que nós não podemos contar que aconteçam novamente. São importações de plataformas de petróleo que pagam ICMS no desembarço aduaneiro da importação e o Refis. Portanto, são receitas de ICMS, tributárias, mas extraordinárias —disse na entrevista ao "Valor Econômico".

O secretário avaliou que um dos problemas do Rio é que a estrutura fiscal é dependente dos royalties do petróleo, cuja cotação fica sujeita a oscilações que fogem ao controle das autoridades. Ele criticou ainda a política de concessão indiscriminada de benefícios fiscais. Outro problema apontado pelo secretário é que o novo governo tem pouca autonomia para decidir onde investir.

Segundo ele, apenas 3,8% das despesas (R\$ 2,3 bilhões) são discricionárias, ou seja, podem ser remanejadas livremente. O restante do orçamento tem aplicações obrigatórias previstas pela legislação.

## COMBATE À SONEGAÇÃO

Na primeira ação para aumentar a arrecadação e combater a sonegação, especialmente daqueles beneficiados por isenções fiscais, a Secretaria de Fazenda iniciou ontem a Operação Triângulo de Aço, em empresas de siderurgia do Sul Fluminense. A intenção é desarticular esquemas de sonegação, em que operações são simuladas para se obter vantagens indevidas na apuração do ICMS.

Uma equipe de 18 auditores fiscais vai fiscalizar 36 empresas nos próximos dois meses, a fim de tentar recuperar cerca de R\$ 500 milhões para os cofres estaduais. Os objetivos são responsabilizar os beneficiários pela fraude, reaver o imposto referente às operações comerciais simuladas e regularizar o comportamento tributário dos contribuintes. Além de pagar o imposto devido, as empresas, se estiverem irregulares, perderão o benefício fiscal.

Ontem, os auditores estiveram em 18 empresas. Duas delas foram imediatamente impedidas de emitir nota fiscal, diante da gravidade dos problemas encontrados. Em dez delas, foram detectados indícios de irregularidades. Outras cinco serão submetidas à análise mais detalhada. Em três empresas, as suspeitas não foram confirmadas.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Maria Cristina Frias

**Título:** Com novos recordes, importação de energia deve subir

## Mercado Aberto

O balanço de trocas de energia com países vizinhos poderá se tornar mais desfavorável caso o consumo siga em alta e as chuvas não sejam volumosas nos próximos meses.

O saldo líquido do intercâmbio de energia com outras nações no ano passado foi negativo em 1.136 GWh, de acordo com o ONS (Operador Nacional do Sistema). O número representa aumento de 28% em relação a 2017.

O consumo em 2019 tende a crescer. O operador apontou dois recordes sucessivos de pico de uso: o primeiro na terça-feira (15), e o segundo na quarta-feira (16) — às 15h34, a demanda foi de 87.183 MW.

A máxima anterior havia sido registrada em 2014.

Os recordes geralmente estão associados aos aparelhos de ar condicionado no auge do verão, segundo Thais Prandini, diretora-executiva da consultoria Thymos.

"Há também uma retomada da carga em 2019, que cresceu em um ritmo muito lento nos últimos anos e, agora, está mais acelerada."

A região Sudeste do país é onde houve a maior frustração com o volume de chuvas, segundo Walfrido Avila, presidente da Tradener, comercializadora que compra energia do Uruguai.

"Se a afluência não melhorar, haverá mais importação, mas se o regime de águas voltar ao normal, não."

A curto prazo, outro efeito da combinação de volume de chuvas menor e aumento do consumo deverá ser o acionamento de usinas térmicas (opção mais cara), de acordo com Sandro Saggiorato, gerente de risco da Electra Energy.

"A médio prazo, a oferta de geração deve aumentar proporcionalmente à carga."

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Tendências / Debates

**Autor:** Carlos Rittl

**Título:** Prove que eu estou errado, presidente

Você terá a chance do cala-boca nos ambientalistas

Doutor em biologia tropical e recursos naturais pelo Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e secretário-executivo do Observatório do Clima

Caro presidente Jair Bolsonaro,

Já deu para entender que você não gosta de ambientalistas. No entanto, há uma coisa que nos une, e é em nome dela que lhe escrevo. Essa coisa se chama Brasil.

Você diz que ama o Brasil. Prometeu colocar “o Brasil acima de tudo”. Eu e meus colegas também amamos o Brasil. Trabalhamos para que o país se desenvolva com igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo conservando o imenso ativo que é seu patrimônio natural.

Sei que pessoas próximas a você gostam de dizer que nós agimos em nome de interesses inconfessáveis. Já estamos acostumados: a direita diz que somos quintas-colunas do comunismo internacional; a esquerda nos chama de agentes dos EUA. Isso tudo é tão verdadeiro quanto a tal mamadeira do WhatsApp, presidente.

Para citar apenas um caso, as ONGs que se opuseram à hidrelétrica de belo monte foram acusadas pelo governo do PT de serem uma “força demoníaca” atravancando o progresso. Pergunte ao seu ministro da Justiça, que ajudou a desbaratar a corrupção em belo monte, qual era a real força demoníaca operando ali.

De qualquer forma, presidente, nos próximos quatro anos você terá uma oportunidade ímpar de dar um cala-boca nos ambientalistas. Mas não será mandando a gente para a tal ponta da praia; seu triunfo final contra as ONGs será provar que nós estamos errados.

Por exemplo: você disse na posse que o Brasil terá um agronegócio pujante “em perfeita harmonia com a preservação ambiental”. A obrigação que impõe a si mesmo com isso é a de derrubar a taxa de desmatamento na Amazônia e no Cerrado. E já neste ano! Se o agro é assim tão sustentável que não precisa de nenhum controle, vai ser mole.

Da mesma forma, seu governo parece determinado a desmontar o licenciamento ambiental. Começou a fazê-lo com uma canetada, criando um fast-track dentro da Secretaria de Governo para grandes obras. Precisarão provar, não para nós, mas para o Ministério Público, que isso não acarretará falta de rigor ou obras que ponham os investimentos e a vida dos brasileiros em risco, como a barragem da Samarco.

A quase extinção da governança climática federal nos primeiros dez dias de seu governo é um movimento ideológico ousado, que parece integrar um pacote pronto de maluquices da direita americana.

Não existe nenhuma razão para o Brasil se afastar da economia limpa, que é uma de suas grandes vantagens comparativas.

O Brasil é o sétimo maior emissor de carbono do mundo e, se nós abandonarmos os esforços de corte de emissões, estaremos botando cada cidadão deste país em risco inaceitável. Segundo o IBGE, só entre 2013 e 2017,

mais de 2.700 municípios do país sofreram com secas severas, e mais de 1.700 com enchentes.

No curto prazo, o negacionismo professado pelo seu chanceler e seus “garotos” tende a ser desastroso para a imagem do agronegócio e das empresas brasileiras.

Acordos comerciais importantes podem fazer água, mercados podem se fechar e investidores que exigem salvaguardas climáticas e ambientais podem resolver botar seu dinheiro em outros lugares.

Claro, pode ser que nada disso aconteça, que o Brasil milagrosamente escape de eventos extremos mais intensos e que nossas commodities produzidas em terra indígena e com desmatamento criminoso e violência “bombem” no exterior. Torço para estar errado, mas não conto com isso.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Tais Hirata

**Título:** Governo não blinda Minas e Energia de política

Para especialistas do setor, confirmação de nome ligado ao MDB reforça avaliação de que partido mantém ingerência

São Paulo- A nova composição do Ministério de Minas e Energia gerou divergência entre especialistas do setor elétrico. Muitos deles comemoram as nomeações, vistas como de perfil técnico e liberal. Outros, porém, têm dúvidas e enxergam a possibilidade de interferência política nas decisões da pasta.

Uma das nomeações consideradas mais controversas foi confirmada nesta quinta-feira (17). Reive Barrosirá assumir a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético, uma das divisões mais estratégicas do ministério.

Ele é visto por diversos analistas como uma indicação do MDB, partido que historicamente teve forte influência política sobre o setor elétrico.

Ex-diretor da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e atual presidente da EPE (Empresa de Pesquisa Energética), Barros é considerado um técnico de qualidade.

No entanto, para especialistas de diferentes áreas, ele representa resquícios de gestões passadas acostumadas a interferências nas decisões do mercado.

Em 2018, um projeto encabeçado por Barros foi alvo de polêmica dentro do governo: a realização de um leilão para usinas térmicas no Nordeste.

O projeto, que poderá ocorrer neste ano, dividiu representantes de órgãos do setor elétrico. Uma parte considera o certame desnecessário.

A escolha do segundo e terceiro escalão do ministério era aguardada com apreensão, principalmente pelo perfil do novo **ministro, o almirante Bento albuquerque** — um militar desconhecido no setor.

"Houve uma surpresa positiva com seu discurso, que sinalizou a intenção de rever subsídios e discutir de forma transparente", diz Bernardo Bezerra, da consultoria PSR.

No entanto, há uma preocupação, dado que o almirante não acompanhou de perto as principais discussões regulatórias nos últimos anos.

Uma das escolhas mais aguardadas era a nomeação para o segundo cargo mais importante no ministério, a secretaria-executiva, que ficou com Marisete Pereira. A decisão dividiu analistas.

Ela trabalhou como chefe da Assessoria Econômica no ministério desde 2005 e é considerada uma grande conhecedora dos trâmites da pasta.

Além disso, ganha pontos no setor privado por ter coordenado a desestatização das distribuidoras da Eletrobras, avalia Gustavo de Marchi, do Décio Freire & Associados.

Para Cristopher Vlavianos, presidente da Comerc, a executiva também representa a continuidade de pautas importantes, como o novo marco do setor, que foi formulado na última gestão, mas não avançou no Congresso.

Outro analista, porém, relembra que Pereira defendeu medidas de interferência política no mercado durante as gestões petistas.

Um exemplo é uma portaria, de 2016, que regulou o pagamento de indenização bilionária às transmissoras de energia, em troca da renovação antecipada de suas concessões.

A medida foi fruto de uma mudança regulatória do governo Dilma Rousseff fortemente criticada no mercado.

Outro questionamento levantado foi em relação à capacidade de formulação de soluções aos entraves do setor.



"O ministério não está totalmente estruturado. Tem ótimos gestores, executores, mas isso não é suficiente. É preciso alguém que possa formular saídas para os diversos problemas", afirma Edvaldo Santana, presidente da Abrace (Associação Brasileira de Grandes Consumidores) e, a partir de março, vice-presidente da Electra Energy.

Outras indicações já confirmadas são vistas como acenos claros ao setor privado. É o caso de Márcio Félix na Secretaria de Petróleo e Gás Natural e a continuidade de Wilson Ferreira Júnior na Eletrobras.

Outras duas nomeações anunciadas nesta quinta também foram bem recebidas.

A primeira foi a criação do cargo de secretário-executivo-adjunto da pasta, que será ocupado por Bruno Eustáquio, que atuou como diretor do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) — outra sinalização de alinhamento com pautas liberais.

Outra foi a nomeação do general Joaquim Silva e Lima à chefia de Itaipu. Ele vai liderar as negociações com Paraguai para a revisão do tratado, o que deverá ocorrer até 2023.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** Parada de refinaria desabastece aviões agrícolas

Rio de Janeiro- A parada para manutenção em uma refinaria da Petrobras provoca problemas no abastecimento de gasolina de aviação no Brasil, com impacto sobre a atividade de pulverização de defensivos agrícolas em lavouras, principalmente no Sul.

Usado em aviões de pequeno porte, o combustível é produzido apenas na refinaria de Cubatão, no litoral de São Paulo. A unidade responsável pela fabricação do combustível foi paralisada para manutenção no fim de 2018.

"Começamos a identificar o problema na virada do ano, com o relato de alguns empresários, principalmente no Rio Grande do Sul e no interior de São Paulo", afirma Gabriel Colle, diretor do Sindag (Sindicato das Empresas de Aviação Agrícola).

Nesta quinta-feira (17), três semanas após o início da escassez, diz o Sindag, começaram a chegar a clientes gaúchos as primeiras carretas com produto

importado. A expectativa é que o abastecimento só seja normalizado na semana que vem.

O Brasil tem a maior frota destinada à aviação agrícola do mundo, com 2.115 aviões, segundo o sindicato. Cerca de metade usa gasolina de aviação. Outros 35% usam etanol, e o restante, querosene de aviação.

O sindicato estima que aproximadamente 10% dessa frota, ou cerca de 200 aeronaves, tenha ficado impossibilitada de voar por falta de **combustível** nas últimas semanas.

As lavouras no Rio Grande do Sul seriam as mais afetadas — no estado, 80% dos 450 aviões que fazem pulverização de defensivos usam gasolina de aviação.

"O problema poderia ser pior, mas, como está chovendo bastante na região, os aviões estão parados", diz Colle.

A Petrobras diz que a parada já estava programada e que avisou a seus clientes que importaria o produto durante o período sem produção nacional. Nesta semana, a empresa começou a liberar 5 milhões de litros importados pelo porto de Santos (SP).

O volume é equivalente à média de consumo no mês de janeiro nos últimos três anos, de acordo com os dados da ANP. A Petrobras diz que já importou 5 milhões de litros desde a parada na refinaria.

A estatal diz que duas novas importações já estão programadas, mas admitiu que atrasos pontuais podem ocorrer, em "decorrência do processo de importação de produto tão específico".

Principal distribuidora de querosene de aviação no Brasil, a BR diz que começou na segunda-feira (14) a reabastecer seus clientes e que, nesta quinta, todos os principais mercados agrícolas já estavam abastecidos.

Historicamente, o Brasil tem produzido mais querosene de aviação do que consome. Desde 2008, houve importações pontuais apenas em períodos de parada na refinaria de Cubatão.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis), não houve produção de gasolina de aviação no país em setembro nem em outubro de 2018. Em 2018, até novembro, a produção nacional foi 15,3% inferior ao volume registrado no ano anterior.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 18/01/2019****Seção: Mercado****Autor:****Título: Eletrobras terá novo plano de demissões, diz presidente**

Rio de Janeiro- A Eletrobras abrirá no fim de janeiro uma nova fase de seu programa de desligamento de funcionários, tendo como público-alvo empregados da área administrativa da elétrica, disse o presidente da estatal, Wilson Ferreira Jr.

A nova etapa do Programa de Demissão Consensual (PDC) está marcada para começar na semana que vem.

"A saída será consensual e ficará aberta por um mês", disse o executivo, que ressaltou que as demissões não afetarão o desempenho da companhia.

O processo de enxugamento do quadro de funcionários começou com a chegada de Ferreira na estatal, em julho de 2016. "Falta algo entre 1.500 e 2.000 [funcionários] para [a empresa] ficar eficiente", acrescentou.

O objetivo é que a Eletrobras chegue ainda em 2019 a cerca de 14,5 mil funcionários, ante cerca de 26 mil em 2016. A redução de custo prevista com o enxugamento dos quadros é de 43% ao passar de R\$ 6,5 bilhões para R\$ 3.75 bilhões, segundo ele.

Ferreira, que foi indicado para o comando da empresa pelo ex-presidente Michel Temer (MDB), em 2016, foi mantido no cargo pelo governo Jair Bolsonaro, com a missão de comandar um processo de capitalização da companhia por meio da emissão de novas ações.

Reuters

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Data: 18/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Julio Wiziack****Título: Bolsonaro escolhe general ex-ministro de Temer para dirigir usina de Itaipu**

Brasília e São Paulo- O general Joaquim Silva e Lima, que foi ministro da Defesa durante o governo Michel Temer (MDB), será o diretor-geral de Itaipu

Binacional, hidrelétrica que pertence ao Brasil e ao Paraguai e responde por 15% da energia consumida pelos brasileiros.

O convite foi feito por Jair Bolsonaro nesta quinta-feira (17) e, segundo assessores do presidente, o general aceitou.

Silva e Lima terá a missão de fazer uma faxina nas indicações de cunho político que perduram na companhia, desde a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O loteamento na companhia se agravou principalmente durante a gestão de Temer, que usou a nomeação de cargos de assessores na empresa como moeda de troca com partidos do Congresso Nacional.

Antes de deixar o cargo, Temer ainda indicou o ex-ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marim, para fazer parte do conselho de administração da empresa — o que poderia ser revertido apenas pelo presidente.

A nova fase da gestão brasileira de Itaipu promete mudanças drásticas.

Uma das ideias é reduzir o volume de royalties às cidades do Paraná, onde está instalada a usina. Esses repasses são feitos por todas as hidrelétricas do Brasil, mas o valor pago por Itaipu é três vezes maior do que o pagamento pelas demais.

Essa revisão deverá representar uma briga grande com os governos dos 16 municípios beneficiados, assim como o do estado do Paraná, que também recebe recursos.

Além disso, a redução poderá provocar um conflito com o próprio Paraguai, que tem direito a metade dos royalties e que tampouco tem interesse em diminuir esse valor.

A principal missão de Silva e Lima, porém, deverá ser a renegociação com o Paraguai dos termos financeiros do Tratado de Itaipu, que deverá ocorrer até 2023.

Ele deverá fazer uma avaliação sobre o que fazer com a receita da usina a partir de 2023, quando a dívida contraída para a construção da usina será totalmente paga.

Hoje, cerca de US\$ 2 bilhões das receitas de Itaipu são usados para pagar esse financiamento. Esse valor corresponde a cerca de 60% da receita total da empresa e da tarifa paga pelos consumidores.

A experiência internacional de Lima e Silva, que participou da Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai, deverá ajudar o novo diretor-geral na negociação, segundo Luiz Fernando Vianna, que ocupou o cargo entre 2017 e 2018 e que hoje comanda a gestora Delta energia Asset Management.

"Ele possui todas as competências para o cargo, com formação em engenharia, para fazer frente aos desafios técnicos, e habilidade política, para conduzir as questões regionais", diz ele.

Colaborou TH

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Com aval da AGU, Petrobras retoma venda de refinarias

Rio de Janeiro- A Petrobras anunciou nesta quinta-feira (17) a retomada das negociações para a venda de gasodutos, refinarias e de uma fábrica de fertilizantes no Paraná.

Desde julho de 2018, as vendas estavam suspensas em razão de liminar do STF (Supremo Tribunal Federal) determinando aval do Congresso para a venda do controle de estatais.

Mais adiantado, o processo de venda da malha de gasodutos do Norte-Nordeste pode render à Petrobras cerca de US\$ 9 bilhões (R\$ 34 bilhões). As negociações estão sendo feitas com a francesa Engie.

A retomada da venda dos ativos tem como base parecer da AGU (Advocacia-Geral da União), que conclui que a Petrobras já atende os requisitos para a venda de controle de subsidiárias, pois tem autorização legislativa segundo o decreto 9.188/2017, que regulamenta a Lei das Estatais.

Na quarta-feira (16), a AGU derrubou liminar que impedia a venda da malha de gasodutos — a estatal negocia 90% das ações de uma subsidiária chamada TAG (Transportadora Associada de Gás).

A nova gestão da empresa decidiu manter o modelo de venda de participações em refinarias lançado sob o governo Michel Temer (MDB), apesar de críticas da área técnica do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), para quem o modelo não tem impacto significativo sobre a competição no setor.

O modelo prevê a atração de sócios para controlar dois polos, cada um com duas refinarias, terminais e oleodutos, no Sul e Nordeste. NP

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Colunas

**Autor:** Elena Landau

**Título:** Começar de novo

Tenho uma boa e uma má notícia. A boa é que nunca se falou tanto em privatização. A má é que está se falando demais. Alguns ministros estão defendendo as estatais das suas pastas, inclusive as que eram unanimidades nas listas de extinção, como a EBC, Imbel e Ceitec. Só falta arranjar alguma utilidade para a Natex, a empresa estatal de camisinha. Talvez para contrabalançar esses recuos, o ministro de Infraestrutura anunciou a desestatização de 100 empresas num universo de 135 estatais.

Seria lindo, mas é número fantasioso, mesmo incluindo a venda de subsidiárias, liquidação ou cisão de empresas, especialmente em prazo tão curto. Nossas estatais pertencem à União, por isso o Tesouro é quem deve definir a alocação do patrimônio público. O programa de desestatização atual prevê a separação da área de concessões, que continua sob responsabilidade do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), da venda ou liquidação de empresas, que passa para uma secretaria específica no Ministério da Economia criada para isso. Bem positivo.

É tudo desestatização, mas os procedimentos são muito distintos. Nessa torre de babel, quem menos fala é exatamente quem tem o poder de decisão: Paulo Guedes e Salim Mattar, secretário da nova pasta. No que fazem bem. Melhor anunciar com certeza o que e como privatizar. Os ministérios setoriais são bem-vindos para contribuir no desenho de formas de venda que gerem um ambiente competitivo e eficiente, porque o valor arrecadado não é o único objetivo na venda de uma estatal. Para evitar ruídos, e decidir o que realmente fica no Estado, é recomendável colocar todas as empresas no programa de desestatização de uma só vez.

A Secretaria de Desestatização passaria a coordenar os estudos que vão definir a atuação do Estado na economia, conforme o art. 173 da Constituição, onde está claro que a presença estatal é exceção e não regra. Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa ficam de fora dessa iniciativa porque demandam autorização legal específica. Parece que o presidente já excluiu a possibilidade de privatização das três, assim o decreto seria suficiente para cumprir a agenda liberal, mas não por isso, deste governo.

A Eletrobrás tem uma situação especial, pois foi retirada do Programa Nacional de Desestatização (PND) pela Lei 10.848/04. Um decreto não se aplica neste caso. Por isso, foi enviado ao Congresso, no ano passado, um projeto de lei pedindo a autorização para a sua privatização. O PL 9.463/18 traz também a modelagem de venda da empresa. Há ainda uma série de condições, valores e ajustes prévios ali previstos. Foi um erro estratégico o envio de um PL com essas características. Tradicionalmente, quem define a forma de venda, preços e ajustes necessários é o Executivo.

Essa é a função da nova Secretaria de Desestatização, como no passado foi do BNDES. Tal prerrogativa foi delegada pelo próprio Legislativo na lei que criou o PND, nos anos 90. E deve continuar assim. O PL da Eletrobrás, do jeito que está, pode abrir um precedente ruim; dar ao Parlamento uma função essencialmente técnica, quando a ele só caberia decidir mudanças legislativas cruciais para a desestatização, como é o caso da autorização para venda de controle. Apesar dos inúmeros benefícios das privatizações, ainda há muita resistência da sociedade.

A transparência das decisões ajuda muito a vencer tais resistências. No caso da Eletrobrás, etapas foram puladas deixando muitas dúvidas sobre o processo e seus benefícios. Isso deveria ser evitado pela nova administração. Os questionamentos vão desde o impacto da desestatização sobre tarifas de energia até a opção de privatizar a própria da holding, com uma oferta pública de ações, em vez de vender o controle de suas subsidiárias em separado. Privatizar é sempre um desafio. Sem boa governança e transparência pode ser impossível.

Insisto em usar o exemplo da Eletrobrás porque os equívocos devem ser evitados no futuro, para qualquer procedimento de venda, não importando tamanho ou setor. Com o novo governo temos a oportunidade de corrigir o rumo de um assunto que começou errado. O primeiro passo seria retirar o atual projeto de lei. Do Congresso só é preciso a revogação do dispositivo legal que retirou o sistema Eletrobrás do PND. E começar de novo.

ECONOMISTA E ADVOGADA

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Denise Luna, Do Rio

**Título:** Eletrobrás lança programa para cortar 2,2 mil vagas

Eliminação de custos trazida pela redução de quadro faz parte do projeto de privatização da empresa estatal

A Eletrobrás inicia na próxima segunda-feira o Plano de Demissão Consensual 2019, destinado aos empregados que tenham no mínimo três anos de empresa. O prazo para adesão vai até 10 de junho. Os desligamentos incluem benefícios como plano de saúde por três anos – no programa de desligamentos anterior, o prazo de manutenção do plano foi de cinco anos. A adesão ao PDC 2019 poderá ser feito por empregados da holding e das empresas Eletrobrás, Cepel, CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul e Furnas, além da Amazonas GT.

A Eletrobrás realizou um PDC no ano passado quando saíram 736 funcionários, resultando numa economia estimada em R\$ 231 milhões ao ano. A expectativa é que o novo programa desligue 2.187 empregados, com economia de R\$ 574 milhões por ano a um custo único de R\$ 731 milhões. Antes do PDC do ano passado, a companhia realizou também um Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE), que teve cerca de 2 mil adesões.

No programa de demissões que se inicia na segunda-feira, além do plano de saúde, o empregado terá direito a 20% sobre o valor para fins rescisórios do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e mais 50% do aviso prévio indenizado. A redução de quadro é parte do plano de privatização do Sistema Eletrobrás comandado pelo presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, reconduzido ao cargo pelo presidente Jair Bolsonaro.

A privatização da Eletrobrás foi dividida em três etapas. Duas foram concluídas – a venda de distribuidoras deficitárias e de Sociedades de Propósito Específico. A terceira, em andamento, refere-se ao aumento de capital da estatal em Bolsa. A meta é reduzir a fatia da União na empresa por meio da diluição da participação acionária.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Luana Pavani E Cristian Favaro

**Título:** Petrobrás tem derrota no Carf de R\$ 1,5 bilhão

A Petrobrás informou ontem ao mercado financeiro decisão desfavorável do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) a respeito de cobrança de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre lucros de controladas e coligadas no exterior, no valor de cerca de R\$ 1,5 bilhão. O processo administrativo fiscal é referente ao exercício de 2010.



Em comunicado, a Petrobrás afirmou que aguarda a intimação da decisão na via administrativa e que "recorrerá ao Judiciário". De acordo com a petrolífera, o julgamento não altera a classificação de expectativa de perda possível. TAG. A notícia veio um dia depois de a Justiça derrubar uma liminar que impedia a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), negócio que pode trazer até US\$ 6 bilhões para o caixa da companhia. A notícia foi bem-recebida pelo mercado financeiro. No pregão de ontem da B3, a Bolsa paulista, a ação ordinária da Petrobrás fechou a R\$ 28,78, alta de 0,84%.

De acordo com o analista dos setores de petróleo e eletricidade da XP Investimentos, Gabriel Francisco, o anúncio da retomada da venda da TAG é positivo. "A renovação de barreiras legais permite a continuidade do plano de desinvestimentos da empresa de US\$ 26,9 bilhões divulgado no plano estratégico", escreveu Francisco, em relatório. A XP manteve a indicação de compra para os papéis da Petrobrás, com preço-alvo de R\$ 30 para a ação ordinária.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Tânia Monteiro / BRASÍLIA

**Título:** General Silva e Luna é escolhido para dirigir usina de Itaipu

Ex-ministro da Defesa de Michel Temer será diretor-geral da hidrelétrica que é do Brasil e do Paraguai

Mais um general vai ocupar um cargo estratégico no governo Jair Bolsonaro. Ministro da Defesa da gestão de Michel Temer, Joaquim Silva e Luna foi escolhido para ocupar a direção-geral da Itaipu Binacional, usina hidrelétrica que pertence ao Brasil e ao Paraguai. A nomeação do general Silva e Luna foi confirmada por fontes do Palácio do Planalto e do Ministério de Minas e energia, ao qual a empresa está vinculada. Os procedimentos para a nomeação do general Silva e Luna estão em andamento há pelo menos duas semanas.

Várias reuniões já foram realizadas na pasta de Minas e energia para discutir o que o novo governo quer da administração brasileira na empresa, que esteve na mão do representante do PT Jorge Samek durante 14 anos e, agora, está sob a direção de Marcos Stamm, que assumiu o cargo em abril de 2018, indicado pelo ex-presidente Temer. O último militar a assumir a Itaipu foi Ney Braga (1985-1990). O diretor-geral de Itaipu ganha aproximadamente R\$ 80 mil mensais, recebe entre 14 e 15 salários por ano, tem plano de saúde sem custo para toda família e mais plano de aposentadoria.

De acordo com informações obtidas pelo Estado, há uma grande preocupação com o aparelhamento que existe na empresa. A ideia é seguir a orientação geral do Planalto, de verificar em que áreas estão concentradas as nomeações políticas feitas ainda pela administração petista, mas não só por ela, como também pelos demais partidos, inclusive o MDB, de Temer. Há preocupação também com a forte influência das administrações do governo do Paraná na empresa binacional.

Um dado que reforça a tese do atual governo de que é muito forte a influência política do governo do Paraná sob a administração da Itaipu brasileira é que cresceu de 16 para 54 o número de municípios do Estado que recebem royalties de Itaipu. Todos os atos administrativos da parte brasileira serão revistos, principalmente nas áreas de segurança e de coordenação. A área financeira também terá um novo comando. O governo Bolsonaro quer tirar toda a influência política que exista na empresa, deixando-a com foco na sua atividade-fim, que é a geração de energia.

Durante a administração petista, foram criadas várias áreas de atuação que não têm a ver com a atividade-fim da usina, abrindo um leque de ações que estariam sendo usadas para beneficiar grupos políticos. É o caso, por exemplo, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), instalada em Foz do Iguaçu e criada em janeiro de 2007 com apoio da usina.

Revisão 2023. Uma das questões relevantes de discussão da nova administração é em relação à revisão do "Anexo C" do Tratado de Itaipu. Em 2023, o atual tratado completa 50 anos e, com isso, será encerrado o pagamento anual de US\$ 2,2 bilhões referente à dívida de Itaipu. Esse valor representa 62% das despesas da usina. Esse tratado cuida da parte do financiamento da empresa, que estará totalmente paga em 2023.

A partir daí, o governo brasileiro terá de fazer diversas negociações para definir o investimento dos recursos que ficarão disponíveis pelos dois países – Brasil e Paraguai – para definir os novos investimentos pela binacional. A renda de Itaipu é de US\$ 3,8 bilhões por ano e 62% desse montante é destinado ao pagamento da dívida de seu financiamento.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** A.B. e A.W. BRASÍLIA

**Título:** Ibama diz que Petrobrás demorou

O Ibama responsabilizou a Petrobrás pela demora em entregar um plano detalhado de desativação da plataforma flutuante Cidade do Rio de Janeiro, que vazou no início deste ano. Na avaliação da diretora de licenciamento ambiental do Ibama, Larissa Santos, o documento que a Petrobrás entregou ao órgão ambiental em junho de 2018 não tinha qualidade técnica para ser analisado. "Era um documento incompleto, que apesar de ser chamado de projeto, por parte do licenciado, não trazia um conjunto de informações mínimas para a avaliação", afirmou ao Estado.

A diretora de licenciamento afirmou ainda que, em países de referência no assunto, como a Inglaterra, a discussão sobre "descomissionamento" é iniciada "anos antes do fim da produção. "Dessa forma, quando se inicia o projeto executivo (de desativação), eventuais questões encontram-se superadas. Essa é a praxe internacional", disse Larissa.

"No caso do FPSO Cidade do Rio de Janeiro, a parada de produção se deu em 30 de junho de 2018, somente 17 dias após o protocolo do primeiro documento mencionando o descomissionamento e quase seis meses antes do protocolo do projeto de fato." Questionada sobre essas afirmações, a Petrobrás não quis comentar. Na semana passada, a estatal negou atraso.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** André Borges Anne Warth / BRASÍLIA

**Título:** Burocracia trava desmonte de plataformas

Equipamento da Petrobrás que está em fase de desativação já vazou óleo no litoral do Rio este ano; estatal e Ibama discutem procedimento

A indefinição sobre regras ambientais que devem ser adotadas para aposentar milhares de quilômetros de dutos e maquinários lançados no oceano para explorar petróleo tem travado o desmonte de plataformas no País. No início deste ano, uma plataforma da Petrobrás que já deveria ter sido desmontada desde o ano passado acabou vazando no litoral carioca. Pelo menos 4,9 mil litros de óleo cru foram lançados no mar, criando uma mancha de petróleo de 38 quilômetros de extensão por 20 metros de largura.

Reconhecido em todo o mundo pelas tecnologias que detém na exploração de petróleo em águas profundas, o Brasil não possui até hoje um conjunto básico de normas ambientais que apontem, objetivamente, qual a melhor opção para fazer a remoção dessas plataformas do oceano. As dúvidas são banais: não está claro se, ao desativar uma plataforma de petróleo, a empresa responsável deve

recolher todos os dutos e maquinários que estão dentro do mar, retirando apenas a plataforma, ou se melhor seria recolher uma parte da estrutura, deixando outra parte no fundo do oceano.

A definição clara dessas regras poderia ter evitado o incidente da plataforma flutuante Cidade do Rio de Janeiro, na primeira semana de janeiro. Há mais de seis meses, no dia 13 junho, a Petrobrás entregou ao Ibama um plano de desativação de sua plataforma. Por 11 anos, o navio sugava milhares de barris de petróleo do fundo do mar, na Bacia de Campos. Era hora de aposentar a grande estrutura, uma iniciativa inédita para a estatal se considerado o porte da plataforma.

O plano de desligamento, no entanto, não teve o aval do Ibama, por ser considerado um "documento incompleto". Os meses seguintes foram gastos com reuniões entre técnicos da petroleira e do órgão ambiental, para tentar definir o melhor plano de desativação. Só no dia 7 de dezembro, quase seis meses depois, a Petrobrás apresentou uma segunda versão do plano, que segue em análise. Na primeira semana deste ano, o óleo vazou. Ainda não se sabe o que provocou o furo no tanque. Até agora, nada de desativação.

Uma ala técnica afirma que, como essas plataformas passam anos no mesmo lugar, um ecossistema complexo acaba se adaptando à estrutura lançada na água e, por isso, sua remoção completa não seria aconselhável. Outros, porém, defendem que a empresa deve retirar tudo o que pôs no local e assumir sua recuperação plena, já que causou o impacto ambiental. Em países como a Inglaterra, por exemplo, a lei manda retirar 100% dessas estruturas.

Para o diretor de campanhas do Greenpeace Brasil, Nilo D'Ávila, empresas e governo se preocuparam unicamente em estabelecer regras ambientais para as fases de prospecção e retirada do petróleo. Dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) levantados pelo Estado mostram que a Petrobrás possui, atualmente, 134 plataformas de petróleo na costa brasileira.

Destas, 35 são do tipo flutuante, como a Cidade do Rio de Janeiro. Outras 99 plataformas são de outros modelos, incluindo estruturas fixas e outras submersíveis. Todas elas, em algum momento, terão de ser desativadas.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Nelson Cilo

**Título:** Gasolina cara e chuvas salvam indústria do etanol

**São Paulo** — Nos últimos meses, grande parte dos brasileiros abandonou a calculadora na hora de encher o tanque do carro. A tradicional equação utilizada para saber se vale a pena abastecer com gasolina ou etanol — em que o preço do litro do derivado de cana-de-açúcar não pode superar 70% do valor da gasolina — caiu em desuso, porque o combustível produzido nos canaviais venceu no quesito custo/benefício, na maior parte do tempo.

Essa situação, criada a partir da política de reajustes automáticos da Petrobras e da alta incidência de chuvas, que irrigaram as plantações de forma generosa, trouxeram um certo alento à indústria sucroalcooleira nacional. “As regras de preços estão muito mais claras e o setor consegue se planejar adequadamente”, afirmou o economista Antonio de Padua Rodrigues, diretor da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica). “Não há do que reclamar. Estamos confiantes para o futuro.”

O cenário positivo tem levado o setor a bater recordes de produção e vendas. Entre abril e dezembro do ano passado, a produção total do etanol chegou a 30 bilhões de litros no Centro-Sul do Brasil. O hidratado, comercializado nos postos, aumentou 44% em comparação ao mesmo período no exercício anterior. As vendas totais alcançaram 23,8 bilhões de litros, consolidando o Brasil na segunda posição dos maiores consumidores do combustível vegetal do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos.

Deste volume, o hidratado representou 19 bilhões de litros. Já o anidro (utilizado na mistura com a gasolina) bateu na casa dos 6,9 bilhões de litros. “A vantagem do etanol sobre a gasolina ficou maior após a flexibilização do preço da gasolina e com a boa performance do agronegócio nos últimos meses”, disse Altair Marques Oliveira, economista da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo.

Na ponta do lápis, o etanol não deixa muitas dúvidas. Nas primeiras semanas de 2019, a paridade média entre os preços de ambos nas bombas totalizou 65% no Brasil, segundo cálculos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Quando o percentual fica abaixo de 70%, vale a pena abastecer com etanol.

Em pelo menos oito estados — Alagoas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco e São Paulo — o renovável permanece competitivo nos postos. Na capital e no interior paulista, a referência fica abaixo dos 65%.

Assim como o etanol de cana, o combustível procedente do milho atingiu 42,94 milhões litros na segunda quinzena de dezembro. No acumulado de 2018/2019 até 1º de janeiro, foram 512,81 milhões de litros, volume praticamente igual à produção na safra 2017/2018 (de 521,49 milhões). Os números ainda são

parciais, e os balanços conclusivos ficarão prontos em abril.

Um dos fatores que ajudaram a impulsionar o setor de etanol foi, sem dúvida, o preço pago às empresas produtoras. Segundo levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA-ESALQ), a média de preços pagos pelo litro do combustível às usinas do estado de São Paulo, responsável por 60% da cana processada no Centro-Sul, era de R\$ 1,49 de janeiro de 2017, sem considerar a incidência de frete e impostos. No mesmo mês de 2018, subiu para R\$ 1,66. Neste mês está na casa de R\$ 1,70.

Na contramão, o açúcar passou da média de R\$ 68,46 a saca de 50 quilos, em 2017, para os atuais R\$ 57,73. Segundo Rodrigues, da Unica, as unidades produtoras do Centro-Sul têm destinado, em média, de 60% a 65% da cana para o etanol e o restante para o açúcar. “Não é possível afirmar que esses percentuais serão mantidos na próxima safra. Tudo vai depender muito dos preços do açúcar e do etanol, além da qualidade da matéria-prima. Ainda que haja pequenas alterações, não acredito que será uma safra muito diferente da última que tivemos”, afirma.

No entanto, ainda pelos cálculos da Unica, das 206 usinas de açúcar e álcool da região Centro-Sul do Brasil, 78 terminaram a última safra de 2018 sem terem produzido bons estoques de açúcar. Pelo menos 62 unidades destinaram 100% da cana ao etanol.

“Isso começa a se desenhar em 2019. Houve uma forte sinalização pelo excesso de açúcar no mercado mundial e de uma nova política para os preços dos combustíveis. Assim, as usinas trocam o açúcar pelo etanol”, explica Rodrigues. Ele destaca ainda que a safra 2018/2019 está praticamente encerrada na região Centro-Sul. “Para o 1º trimestre de 2019, o volume de cana fica na dependência das condições climáticas. É cedo para fazer qualquer projeção sobre a oferta na próxima safra”, comenta o executivo.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Economia

**Autor:** Antonio de Padua Rodrigues

**Título:** "Carros elétricos e etanol devem caminhar juntos"

### **Os recentes recordes do setor de etanol já eram esperados?**

O etanol superou a nossa expectativa, tanto na produção quanto nas vendas e

no consumo do Centro-Sul do Brasil. Chegamos a 30 bilhões de litros. O hidratado subiu impressionantes 44% se comparado a igual período no ano anterior. Então, o etanol está muito competitivo na maioria dos estados brasileiros.

**Pode-se esperar um novo recorde em 2019?**

É possível que a moagem de cana fique no mesmo nível da safra anterior. O nível produtivo depende muito de se renovar o canavial agora um pouco abaixo da média histórica. O clima é um dos fatores que mais interferem. Penso que a próxima safra deve equilibrar mais o mix de açúcar e etanol.

**Então, a próxima safra deve ser mais voltada à exportação?**

Sim. Os preços do açúcar no mercado internacional despencaram quase 40% porque havia excesso de oferta. A culpa é dos subsídios da Índia, o segundo maior produtor mundial, e do Paquistão, outro importante produtor. Além disso, o Brasil sentiu a queda nas exportações de açúcar por causa da salvaguarda concedida pela China, que segue para o terceiro ano. Os asiáticos eram o principal destino do nosso açúcar, mas os números recentes apontam para um enorme recuo. É um dos itens desiguais que nos desafiam.

**O que o setor espera do novo governo?**

Espero dialogar e debater. Queremos visitar o Planalto para levar questões que nos incomodam. Uma das delas é criar mecanismos capazes de buscar equilíbrio no mercado nacional e internacional. Nossos maiores problemas estão lá fora. Quanto às políticas públicas, focalizamos a regulamentação do RenovaBio. É a Lei da Política Nacional dos Biocombustíveis. O programa pretende lançar um sistema de crédito de carbono. O produtor de biocombustível, não necessariamente do etanol, emite os títulos (os CBios) e os comercializa em um mercado financeiro atrelado às distribuidoras. Haverá metas para reduzir emissões de CO<sub>2</sub>. Consequentemente, os produtores poderão ampliar o faturamento e obter melhores condições de retomar os investimentos e crescer.

**Há dificuldades a superar? Algo que preocupe?**

Desde 2008, 80 usinas fecharam e umas 70 estão em recuperação judicial. Só as mais fortes conseguem empréstimos. É indispensável que haja estímulos, especialmente para que a gente amplie os espaços no cenário internacional. Agora estamos em desvantagem.

**O governo Michel Temer criou o reajuste automático no preço da gasolina.****Qual é o impacto disso no etanol?**

A política de reajuste de preços da gasolina pela Petrobras é encarada positivamente. As regras de preços estão muito mais claras e o setor consegue se planejar adequadamente. Vamos nos rastros das mudanças e procuramos



nos beneficiar das alterações oficializadas. Não há do que reclamar. Estamos confiantes para o futuro.

### **O crescimento dos carros elétricos ameaça o etanol?**

O avanço dos carros elétricos no Brasil é um ponto muito importante. A entidade não é contra e defende que o etanol componha essa transformação, com o uso de motores flex (etanol e eletricidade). Alguns estudos mostram que a emissão de CO<sub>2</sub> de um híbrido movido a biocombustível seria menor que a de um veículo 100% elétrico. Acredito que os carros elétricos e a etanol devem caminhar juntos. Não seríamos prejudicados.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/01/2019**

**Seção: Brasil**

**Autor:**

**Título: Curtas**

### **Reive Barros no MME**

O presidente da Empresa de Planejamento Energético (EPE), Reive Barros, vai assumir a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do **Ministério de Minas e Energia**. A nomeação para o cargo foi publicada ontem no "Diário Oficial da União". O cargo hoje é ocupado por Eduardo Azevedo. Ainda não está definido quem será o substituto de Reive na presidência da EPE. O principal nome cogitado no setor é o de Thiago Barral, diretor de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais da companhia. Barral é funcionário de carreira da EPE e já teria sido convidado para o posto.

### **Luna e Silva em Itaipu**

O general Joaquim Silva e Luna, ex-ministro da Defesa no governo de Michel Temer, será o diretor-geral de Itaipu Binacional, hidrelétrica que pertence ao Brasil e ao Paraguai e responde por 15% da energia consumida pelos brasileiros. Silva e Luna terá a missão de retirar da estatal os funcionários que ocupam postos por indicações de cunho político feitas nos últimos governos. No governo Bolsonaro, a parte brasileira de Itaipu, sofrerá mudanças drásticas. O governo promete reduzir o volume de royalties às cidades do Paraná, onde está instalada a usina.



**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 18/01/2019****Seção: Política****Autor: Andrea Jubé | De Brasília****Título: Ex-ministro Silva e Luna assumirá direção de Itaipu**

O ex-ministro da Defesa general Joaquim Silva e Luna será o novo diretor-geral brasileiro da usina de Itaipu Binacional. O nome do general de Exército da reserva, que comandou a Defesa no governo Michel Temer, foi sugerido pelo **ministro de Minas e Energia, almirante Bento Costa Lima Leite**, e avalizado pelo presidente Jair Bolsonaro.

A indicação de Silva e Luna reforça o time de oficiais das Forças Armadas à frente de cargos estratégicos no governo. Uma fonte do Palácio do Planalto disse ao **Valor** que Silva e Luna foi escolhido por Bolsonaro para acabar com o "aparelhamento político" na estatal. Um dos últimos atos do ex-presidente Michel Temer foi a nomeação do ex-ministro da Secretaria de Governo Carlos Marun, um de seus aliados mais próximos, para o Conselho de Administração de Itaipu.

No discurso de posse do general Fernando de Azevedo e Lima no Ministério da Defesa, no dia 2, Bolsonaro havia declarado que Silva e Luna seria requisitado para continuar no governo. "Um excelente homem, que pretendo, sim, se for interesse dele, aproveitar em nosso governo, ele não vai botar o pijama não", disse o presidente.

Silva e Luna reforça o time do segundo escalão, que ganhou novos quadros militares nesta semana. O antigo comandante da Marinha, Eduardo Bacellar Ferreira foi indicado para a presidência do Conselho de Administração da Petrobras. O general Franklimberg de Freitas foi nomeado para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), e o general Maynard Santa Rosa assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência. São todos quadros da reserva. Da ativa, o general de divisão Otávio Santana do Rêgo Barros será o novo porta-voz da Presidência.

Os governos do Brasil e do Paraguai têm a atribuição de nomear a diretoria executiva da usina de Itaipu Binacional, por meio de indicação da Eletrobras e da Administración Nacional de Electricidad (Ande).

São 12 conselheiros, seis brasileiros e seis paraguaios, e dois representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, um de cada país. O Conselho de Administração reúne-se a cada dois meses ou em convocação extraordinária.

Pelo lado brasileiro, o MDB tem dois representantes: além de Carlos Marun, o ex-governador do Paraná Orlando Pessuti. De perfil técnico, despontam o ex-secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia Paulo Pedrosa e o embaixador Paulo Estivalleti de Mequista pelo Ministério das Relações Exteriores.

Além do Conselho de Administração, a estatal tem uma diretoria executiva, com os dois diretores-gerais, um brasileiro e um paraguaio, além dos diretores técnico, financeiro, jurídico e administrativo.

Outro oficial nomeado para estatal nesta semana foi o brigadeiro Mozart de Oliveira Farias, indicado para assumir um cargo na assessoria do presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães.

No primeiro escalão, são seis os ministros originários das Forças Armadas: da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, da Ciência e Tecnologia, tenente-coronel da Força Aérea, Marcos Pontes, da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, da Transparência, Wagner Rosário, do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, e da Secretaria de Governo, Carlos Alberto Santos Cruz.

|                 |                        |
|-----------------|------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b> |
| <b>Data:</b>    | <b>18/01/2019</b>      |
| <b>Seção:</b>   | <b>Empresas</b>        |
| <b>Autor:</b>   |                        |
| <b>Título:</b>  | <b>Destaques</b>       |

### **Demissão na Eletrobras**

A Eletrobras informou em comunicado ao mercado ontem que vai abrir, na segunda-feira e válido por 30 dias, o Plano de Demissão Consensual 2019 (PDC). A estatal ressaltou que o plano será implantado simultaneamente na holding, na Cepel, na CGTEE, na Chesf, na Eletronuclear, na Eletronorte, na Amazonas GT, na Eletrosul e em Furnas. A meta é o desligamento de 2.187 funcionários, com uma economia estimada de R\$ 574 milhões por ano. O custo estimado do PDC é de R\$ 731 milhões. Ainda de acordo com a Eletrobras, o plano é uma das iniciativas previstas no "Desafio 23: Excelência Sustentável", o Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2019-2023"), divulgado ao mercado em dezembro.

### **Hitachi suspende obra**

O conglomerado japonês Hitachi anunciou ontem que suspendeu a construção de uma usina nuclear no Reino Unido e deve registrar perda excepcional de 300

bilhões de yens (US\$ 2,7 bilhões) no ano fiscal de 2018, que termina em 31 de março. Segundo o grupo, a suspensão prejudica os trabalhos na usina nuclear de Wylfa Newydd, localizada no norte do País de Gales. A decisão foi tomada após a empresa não chegar a um acordo com o governo britânico sobre o financiamento das obras. A decisão ocorre meses após a Toshiba anunciar a liquidação de sua divisão de energia nuclear no Reino Unido.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Silvia Rosa | De São Paulo

**Título:** Bancos chegam a acordo com Constellation

Os credores bancários do grupo Constellation, ex-Queiroz Galvão Óleo e Gás (QGOG), chegaram a um acordo com a companhia sobre o refinanciamento da dívida. A proposta será incluída no plano de recuperação da empresa, que deve ser apresentado à Justiça para aprovação dos credores até 7 de fevereiro, segundo apurou o **Valor**.

A companhia, prestadora de serviços de perfuração de poços terrestres e marítimos e de operações de plataformas controlada pela família Queiroz Galvão, entrou em recuperação judicial em dezembro de 2018.

Os credores bancários detinham 48% do total da dívida de R\$ 5,8 bilhões da companhia e são representados pelo sindicato de bancos, que reúne dez instituições, que detêm o financiamento dos navios-sonda Amaralina Star, Brava Star e Laguna Star, cuja dívida somava US\$ 592,2 milhões, e também o Bradesco, que tem uma dívida de US\$ 150 milhões referente a uma linha de capital de giro.

Pelo acordo, o sindicato de bancos deve refinarçar US\$ 39,1 milhões com um novo empréstimo e estender o prazo para o pagamento da dívida atual, que venceu ano passado, para 2023, com amortização do principal só em 2021.

Os credores do sindicato de banco contarão com uma garantia dada por uma carta de crédito a ser emitida pelo Bradesco no valor de US\$ 15 milhões, que poderá ser acionada se a liquidez em caixa da empresa ficar abaixo de US\$ 100 milhões.

O Bradesco também vai refinanciar US\$ 150 milhões de uma linha de capital de giro, oferecendo um alongamento do prazo de vencimento, que terminou em 2018, para 2023, com amortização do principal a partir de 2021.

O acordo com os credores ainda prevê um aporte em dinheiro por parte dos acionistas no valor de R\$ 27 milhões, que será depositado em uma conta separada da companhia, e reforço de garantia para os credores, com prioridade no recebimento dos recebíveis gerados pelos contratos das plataformas.

A empresa já tem o apoio de 48,3% da classe II de credores, que detém garantia dada pelas plataformas e incluem os sindicatos de bancos e os detentores dos bônus para 2024, e conta com a aprovação de 60,2% da classe III, que reúne os credores sem garantia. Para que o plano de recuperação seja aprovado, no entanto, é necessário o voto favorável da maioria, mais de 50%, dos credores com garantia.

Para atingir essa maioria a empresa terá de chegar a um acordo com parte dos detentores dos bônus para 2024. Esse percentual também pode ser atingido caso esses investidores não compareceram ou se abstenham de votar o plano de recuperação.

Paralelamente, a companhia negocia com os detentores dos bônus para 2019 e para 2024 uma reestruturação da dívida, que somava US\$ 702,3 milhões. Apenas os detentores dos bônus para 2024 tinham garantia real dada pelas plataformas. A proposta em discussão é de troca desses papéis por bônus com vencimento em 2028. Já os bônus para 2019 serão trocados por papéis para 2030.

O grupo Constellation vinha enfrentando dificuldade para recontratar as plataformas de perfuração, cujos contratos com a Petrobras já expiraram em 2018. A empresa informou, no seu pedido de recuperação judicial, que conta com uma unidade contratada na Índia para a petroleira também indiana ONGC, uma unidade em fim de contrato com a Petrobras, além de dois novos contratos para os navios-sonda Brava Star (com Shell do Brasil) e Laguna Star (com QGEP), ambos com início em 2019.

Procurada, a Constellation não retornou o pedido de entrevista até o fechamento desta edição.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Data: 18/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Leslie Hook | Financial Times, de Londres****Título: Investimento mundial em energia renovável cai para US\$ 332 bi em 2018**

Os investimentos mundiais em energias "limpas" caíram 8% em 2018, para US\$ 332,1 bilhões, refletindo a ofensiva chinesa contra os subsídios à energia solar e a queda no custo dos projetos eólicos e solares.

Os novos números de uma análise da BloombergNEF, considerada a contagem mais precisa dos gastos em energia limpa no mundo, mostram que o maior declínio ocorreu na China, onde os investimentos em fontes renováveis caíram mais de 30%, depois de uma nova política governamental ter cortado os subsídios a projetos de energia solar em junho.

Ainda assim, apesar do declínio na quantia investida, o ritmo de expansão da capacidade de produção continuou em alta, uma vez que houve forte queda no custo da energia eólica e solar.

"Isso não é uma desaceleração, de forma alguma", disse Angus McCrone, editor-chefe da BloombergNEF. "Em razão da redução dos custos" é preciso "correr mais rápido para ficar parado", acrescentou.

Os investimentos em energia limpa vão voltar a cair em 2019, prevê McCrone, mas, da mesma forma que em 2018, a nova capacidade adicionada vai aumentar um pouco, porque a redução de custos deve continuar.

Esse panorama pode significar tempos difíceis à frente para os fabricantes de painéis de energia solar e turbinas eólicas, que hoje já se veem às voltas para lidar com a queda no preço de seus produtos.

"Este ano vai ser o momento da verdade para as fabricantes de turbinas eólicas de uso continental e suas fornecedoras", disse David Hostert, chefe da área eólica na BloombergNEF. "É provável que isso leve a mais cortes e mais fusões, especialmente na China e na Índia."

Alguns setores, contudo, vão ter crescimento - particularmente o de armazenamento de energia, que terá crescimento recorde segundo as projeções da BloombergNEF. As vendas de veículos elétricos, por sua vez, deverão subir 40% neste ano, de acordo com suas previsões.

Em 2018, a desaceleração esteve concentrada na China, Japão, Índia e Alemanha, com declínios superiores a 10% nos investimentos em energia limpa.

Os mercados americano e europeu tiveram forte alta nos investimentos em fontes renováveis, em parte graças ao crescimento da energia eólica em regiões marítimas na União Europeia, e da expansão de projetos de energia renovável financiados por grandes empresas de tecnologia.

O declínio no investimento mundial em energias limpas chega no momento em que as emissões de carbono estão em alta, tendo atingido recorde em 2018, em razão do aumento do uso de petróleo e gás.

No setor de energia solar, as restrições dos subsídios chineses que foram anunciados em junho cortaram pela metade os investimentos em projetos na área no país, segundo a análise.

"2018 foi certamente um ano difícil para muitos fabricantes solares e para as construtoras [de projetos de energia solar] na China", disse Jenny Chase, chefe de análise solar na BloombergNEF. Ela destacou, contudo, que o declínio nos preços dos painéis solares tornou a tecnologia financeiramente mais atraente para outros países, como a Índia, onde o custo de novos projetos solares está entre os mais baixos do mundo.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Projetos de transmissão vão triplicar receita da Montago

A construtora paranaense Montago prevê triplicar o faturamento em 2019 para cerca de R\$ 100 milhões, impulsionada por negócios na área de energia elétrica. O incremento da receita da companhia virá principalmente de um lote arrematado em leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2017 e de uma concorrência recém realizada pela Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) para a construção de uma subestação no Rio Grande do Sul.

"Acabamos de ganhar um projeto da CEEE. Houve uma licitação para a construção de uma subestação GIS", afirmou o presidente da Montago, Alexandre Magalhães, ao **Valor**, informando que o projeto tem investimento de R\$ 19,5 milhões. A subestação GIS é isolada a gás, compacta, indicada para grandes centros urbanos.

Hoje, a Montago possui 16 contratos totalizando 22 obras em andamento, todas no setor elétrico. A empresa tem R\$ 300 milhões em encomendas em andamento.

A vitória no leilão da Aneel em 2017 marcou um novo momento da companhia, que passou a investir em concessões de transmissão. Na ocasião, a empresa arrematou o lote que prevê a ampliação de uma subestação em Pernambuco, com investimento total estimado em R\$ 44,8 milhões. Pelo negócio, a Montago aceitou uma receita anual permitida (RAP) de R\$ 4 milhões, com 52,9% de deságio em relação ao edital do leilão.

Para 2019, a meta da companhia é arrematar dois lotes de pequeno porte em leilões da Aneel, cada um com projeção de investimentos da ordem de R\$ 50 milhões. "Acreditamos que alguns lotes que foram retirados de última hora desse último leilão [da Aneel] voltarão", afirmou Magalhães.

De acordo com o executivo, a companhia está em um processo de transformação para deixar de ser apenas uma construtora para ser uma empresa de soluções de EPC (sigla em inglês para engenharia, compra e construção). O motivo para a mudança, explicou, é o processo de privatização do setor elétrico brasileiro.

"O mercado privado quer comprar a solução de uma empresa só, ele não quer desmembrar uma obra", disse Magalhães.

O passo seguinte, contou, é transformar a empresa em sociedade anônima, visando uma abertura de capital no futuro. "Alguns investidores que querem ser nossos parceiros em alguns projetos começam a ventilar hipóteses de ter uma participação na empresa".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Curtas

### **Novo diretor da Shell**

A petroleira anglo-holandesa Shell informou ontem que Wael Sawan foi nomeado diretor mundial da área de exploração e produção (upstream) da companhia. Segundo a empresa, ele assumirá a nova função em 1º de julho. Cidadão canadense de origem libanesa, Sawan é atualmente o vice-presidente

executivo global da divisão de águas profundas da companhia. Na nova função, Sawan se tornará membro do comitê executivo da petroleira e substituirá Andy Brown, que auxiliará na transição do cargo até o fim de setembro e, em seguida, deixará a empresa. Em nota, o presidente mundial da Shell, Ben van Beurden, disse ser "grato a Andy" por ter melhorado o desempenho dos negócios da companhia durante os últimos anos de baixo preço do petróleo.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/01/2019**

**Seção: Empresas**

**Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio**

**Título: Engie retoma plano de compra da TAG após queda de liminar**

A francesa Engie pretende finalizar as negociações de compra da Transportadora Associada de Gás (TAG), agora que o processo de venda da subsidiária da Petrobras foi retomado pela estatal. A companhia é a ofertante preferencial no processo competitivo de venda do ativo, estimado entre US\$ 8 bilhões e US\$ 9 bilhões.

Ontem, a estatal informou que está retomando a venda da TAG, dona de uma rede de gasodutos de cerca de 4,5 mil km de extensão no Norte e Nordeste do país, após decisão favorável do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para a continuidade do negócio.

A Engie agora aguarda a definição dos detalhes contratuais e da segunda rodada de ofertas, para definir a estratégia para o negócio. "Esse [processo de venda da TAG] já está em curso. Os detalhes não estão estipulados ainda. No momento do lançamento desse processo de 'rebid' [nova rodada de ofertas], a Petrobras vai desenhar o que vai ser adequado para ela. Nós vamos fazer as contas e avaliar", afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr.

### ***Engie costura consórcio com a EBE e o fundo de pensão canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec***

Em novembro, em teleconferência com analistas, o presidente da Engie Brasil Energia (EBE, subsidiária da Engie), Eduardo Sattamini, disse acreditar que, a partir do momento em que as conversas forem retomadas, serão necessários cerca de três meses para sacramentar o negócio. Ele destacou que, antes de serem interrompidas por questões judiciais, as conversas estavam "bastante adiantadas".

Na ocasião, Sattamini explicou que a Engie é a ofertante preferencial do negócio, mas que, assim que concluídas as conversas sobre as condições



contratuais, elas serão apresentadas para os demais concorrentes para uma nova rodada de preços com base na oferta preferencial da Engie. "Não é coisa para se fechar rapidamente", afirmou.

"O processo é desenhado pela Petrobras onde o ofertante preferencial tem a oportunidade de negociar os aspectos contratuais, que é o 'shareholders agreement'. É o contrato de operação com a Transpetro, que tem prazo de validade, e obviamente o valor do SPA ["Sales and Purchase Agreement"]... Isso feito, essas condições vão ser apresentadas aos demais ofertantes e vai ter uma nova rodada de oferta de preço, dentro daquelas condições discutidas pelo ofertante preferencial... Isso deve levar a gente para uma transação não antes de janeiro, fevereiro, março do ano que vem, de qualquer maneira", disse Sattamini, na ocasião.

O **Valor** apurou que a Engie costura um consórcio com a EBE e o fundo de pensão canadense Caisse de Depot et Placement du Quebec (CDPQ) para a compra da TAG. Sobre o assunto, Bähr não comentou.

Segundo o executivo, a venda da TAG é de grande interesse para a Engie e positiva para o plano de desinvestimentos da Petrobras, que prevê levantar US\$ 26,9 bilhões entre 2019 e 2023. "É muito positivo para a continuidade dos planos da Petrobras e do próprio país, de implementar o projeto de abrir espaço para o setor privado".

Considerando projeções do mercado para o negócio, a venda da TAG pode representar um terço do plano de desinvestimentos da Petrobras.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Data:** 18/01/2019

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Grupo francês avalia aquisição de distribuidoras de gás

A Engie avalia investir no setor de distribuição de gás natural no Brasil. A medida faz parte da estratégia da companhia francesa de aumentar o volume de investimentos no Brasil e de entrar em negócios que aproxime a empresa de consumidores finais.

"Queremos nos aproximar cada vez mais dos clientes finais e [aquisição de distribuidoras estaduais de gás] pode ser uma das coisas que a gente pode olhar", afirmou o presidente da Engie no Brasil, Maurício Bähr, ao **Valor**.

Em ofício ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) defendeu a

desverticalização completa da indústria de gás. Atualmente, a Petrobras, principal produtora de gás do país, possui participação relevante no capital das distribuidoras estaduais.

Segundo seu presidente, a Engie, que completou no ano passado 20 anos de atuação no Brasil, com a vitória dos leilões da concessão da hidrelétrica de Cana Brava e da privatização da Gerasul, em 1998, elegeu o país como um dos locais de investimento de longo prazo.

"O Brasil é um país que oferece oportunidades que têm escala. Você consegue fazer uma alocação de capital de porte, robusta. Se as regras estiverem claras, com estabilidade regulatória, e um governo positivo para atrair capital privado, isso rapidamente vai conseguir trazer mais dinheiro para o Brasil. O momento é propício", explicou Bähr.

Segundo ele, os primeiros sinais do governo Bolsonaro para os setores econômico e energético são positivos. Segundo ele, porém, na área de energia, as prioridades devem ser a solução para o risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) e para o reequilíbrio dos contratos de concessão de hidrelétricas estruturantes, como Jirau, no rio Madeira (RO), em que o grupo francês possui 40% de participação.

"A prioridade do governo deve ser a resolução dessa questão do GSF, não só para criar sustentabilidade e resolver a questão dos recebíveis na CCEE [Câmara de Comercialização de Energia Elétrica], mas também para atrair investimentos em hidrelétricas", afirmou Bähr.

Ele explicou que a resolução do GSF não resolve os problemas dos projetos estruturantes. Para o caso desses empreendimentos, o executivo defende a criação de um grupo de trabalho para tratar do assunto. "Alguns desses projetos já estão 100% operacionais, gerando energia, contribuindo com toda a capacidade operacional, mas ainda requerem aporte de capital dos seus sócios para fazer frente às obrigações. Isso não faz sentido", disse o executivo.

Voltando à estratégia de proximidade ao consumidor final, a Engie também tem ampliado investimentos na área de serviços de energia. Em 2018, a companhia fez três grandes aquisições no setor: a ACS, empresa de monitoramento remoto de consumo de energia; a GV Energy, consultoria especializada em gestão de energia; e os 50% remanescentes na Engie Solar, especializada em soluções de geração distribuída a energia solar para uso residencial, comercial e industrial.

"Cada vez mais a energia passa a ser um assunto estratégico nas empresas", disse Bähr. "Estamos participando e oferecendo soluções na área de eficiência energética, energia distribuída, consultoria e gestão de energia", completou ele.

A meta continua sendo alcançar faturamento anual de R\$ 1 bilhão na área de serviços. Para este ano, a empresa espera atingir aproximadamente R\$ 500 milhões, praticamente o dobro do obtido em 2017. "Continuamos olhando o mercado de serviços, que é bem fragmentado e que gera bastante interesse", disse Bähr.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Data: 18/01/2019**

**Seção: Legislação e Tributos**

**Autor: Beatriz Olivon | De Brasília**

**Título: Petrobras perde causa sobre tributação de lucro no exterior**

A Petrobras perdeu ontem no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) uma das disputas com a Receita Federal sobre tributação de lucros no exterior no valor de R\$ 1,5 bilhão. A decisão se deu por desempate com o voto do presidente (qualidade) da 1ª Turma da Câmara Superior do órgão.

O valor total da autuação é de R\$ 2,1 bilhões, mas parte do montante já está garantido pela Petrobras em uma ação que corre na Justiça e trata de aspecto que não foi analisado pela Câmara Superior.

A tese é uma das mais importantes para a Petrobras na área tributária. O impacto financeiro do tema para a companhia chega a R\$ 13,5 bilhões, somando os processos que discutem o assunto no Carf e no Judiciário, segundo o Formulário de Referência de 2017 da empresa. Outras autuações da Petrobras sobre a tese já foram julgados pela Câmara Superior, em 2016 e 2017 e também mantidas por voto de qualidade.

Na autuação julgada ontem, a Receita cobra Imposto de Renda e CSLL sobre o lucro de controlada localizada na Holanda do ano de 2010 (16682.721067/2014-01). A Petrobras alega que a tributação não é possível por causa de tratado assinado com a Holanda contra a dupla tributação da renda.

O artigo 74 da Medida Provisória nº 2158, de 2001, determina a disponibilização de lucros de controladas e coligadas no exterior no Brasil. O dispositivo foi revogado pela Lei nº 12.973, em 2014. A discussão central nos processos que tratam do tema é se deve ser aplicado o artigo 74 da MP ou tratado internacional.

"A MP 2.158 tem flagrante intuito arrecadatário", disse o advogado da Petrobras, Rodrigo Lessa na defesa oral. Para ele, a norma teria, possivelmente, a intenção de criar obstáculo à constituição de pessoa jurídica no exterior.

A Receita alega que a tributação não é da empresa estrangeira, mas do reflexo do lucro dela no Brasil. "A finalidade (da MP) não é desestimular a empresa brasileira a criar controlada no exterior, mas dar um tratamento neutro na exportação, tratando da mesma forma quem investe no Brasil e no exterior", afirmou o coordenador do contencioso administrativo tributário da PGFN, Moisés de Sousa Carvalho Pereira na defesa oral. O tratado não impede a aplicação do artigo 74 da MP 2158, segundo ele.

A tributação de controladas é relevante para as empresas e para a Receita. Ao usar o tratado, o contribuinte ficaria livre do pagamento de uma alíquota sobre lucros no exterior de 34%.

Para o relator do processo no Carf, conselheiro Luís Fabiano Alves Penteado, representante dos contribuintes, os tratados internacionais são a ferramenta mais importante para a criação de regras entre países e representam um contrato entre eles. O relator citou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de 2014, em caso envolvendo a Vale, em que a tributação foi afastada.

O conselheiro André Mendes de Moura, representante da Fazenda, deu início à divergência. Em breve voto, defendeu a manutenção da cobrança. Os demais conselheiros representantes da Fazenda acompanharam a divergência.

Em nota, a Petrobras informou que aguarda a intimação da decisão na via administrativa e recorrerá ao Judiciário. O julgamento, de acordo com companhia, não altera a classificação de expectativa de perda possível.

Apesar da relevância na área tributária, a cobrança de IRPJ e CSLL sobre lucros da Petrobras no exterior representa uma pequena parte dos passivos contingentes fiscais da petroleira. A Petrobras possuía, em 30 de setembro de 2018, ao todo, R\$ 132,8 bilhões em passivos não provisionados, de natureza fiscal. Segundo os dados do balanço, os processos judiciais não provisionados totais, de diferentes naturezas, somavam R\$ 208,6 bilhões.

Para além dos passivos fiscais, foram contabilizados como perdas possíveis R\$ 31,3 bilhões de passivos trabalhistas, R\$ 36,4 bilhões em passivos cíveis gerais e R\$ 8 bilhões em cíveis ambientais. **(colaboraram Andre Queiroz Ramalho e Rita Azevedo)**

**MME / ASCOM .**